

ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA: LEITURAS DO BRASIL COLÔNIA EM TERRA PAPAGALLI E MEU QUERIDO CANIBAL.

JACIMARA VIEIRA DOS SANTOS (UFBA - UNEB).

Resumo

Pretende-se, neste trabalho, examinar os intercursos entre Literatura e História. Retomando o referencial histórico acerca do processo de colonização do Brasil, encontramos duas obras sobre as quais se pretende tratar, enquanto potenciais desencadeadores de ruptura e questionamentos acerca da História oficial: Terra papagalli, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta; e Meu querido canibal, de Antônio Torres. O confronto de vozes entre ficção e História vem, nos romances em questão, fissurar o discurso da História valendo-se do apelo semântico da “mera coincidência”. Assim, no primeiro romance são compostos cenários e personagens em que vislumbramos paridades com personagens e cenários narrados pela historiografia, porém, suscitando revisões. O percurso narrativo de Antônio Torres, por sua vez, passa pelos documentos oficiais, embebe-se da oralidade dos remanescentes das comunidades indígenas alocadas no Rio de Janeiro nos tempos atuais e revela seu trajeto no final do romance, no excerto Leituras canibalizadas, aduzindo ao teor antropofágico também vislumbrado em Terra Papagalli – sinal de contato importante frente às intenções de nosso trabalho. Neste ponto, encontramos desde André Thevet e Hans Staden; a Gilberto Freyre e Silviano Santiago, sem que se perca, contudo, a preocupação em estabelecer dúvidas sobre a visão idílica do índio e sobre aspectos dos discursos dos vencedores, em críticas à sociedade grafocêntrica e seus registros.

Palavras-chave:

História, Literatura, Colonização.

O pensamento hegemônico e a hegemonia de um paradigma nem sempre se firmam por conta de suas vantagens ou de suas pertinências epistemológicas, mas, devido ao poder político de seus defensores. Neste sentido, Ficção literária e História tornam-se um significativo terreno de discussões, questionamentos e revisões que incidem sobre o campo das hegemonias de pensamentos.

Decerto, há muito vem se desenvolvendo a percepção acerca dos pontos de intersecção entre Literatura e História e não apenas oposições são estabelecidas sob um prisma de um julgamento científico acerca da verdade, da factualidade e dos aspectos narrativos.

Torna-se patente, então, que a história utiliza-se da narratividade tanto quanto a ficção literária bebe da fonte dos vestígios históricos. Deste modo, a Literatura muito tem contribuído para uma revisão da História oficial, mostrando-se como uma importante forma de leitura e de conhecimento da realidade, em que as relações tensas entre os seus elementos não estão descartadas.

Sem perdermos de vista a existência de políticas e disputas pela apropriação da memória coletiva, notamos que este assunto: “(...) supõe o debate em torno do estatuto da memória oficial como memória coletiva; da memória a partir do poder, como também da memória a partir dos oprimidos” (ACHUGAR, 2006: 54).

A História e a memória são termos pares em que, não obstante, a versão a prevalecer não contempla os oprimidos, os subalternizados, as alteridades e os

demais segmentos destituídos da autoridade política da voz, em termos culturais e sociais.

Pretende-se, neste trabalho analisar o referencial histórico acerca do processo de colonização do Brasil, a partir de duas obras sobre as quais se pretende tratar enquanto potenciais desencadeadoras de ruptura e questionamentos acerca da História oficial: *Terra papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta; e *Meu querido canibal*, de Antônio Torres (2000).

Terra Papagalli põe em xeque o projeto colonial português em terras brasileiras, recorrendo ao humor e à ironia, anunciando em seu subtítulo: *narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiçada e gulosa história do rei do Brasil*, em que pese nossa atenção aos pecados capitais aludidos, como a desafiar o caráter cristão-católico sob o qual se assentavam as pretensões coloniais de Portugal.

O confronto de vozes entre ficção e História vem, no romance em questão, fissurar o discurso da História, valendo-se do apelo semântico da “mera coincidência”. Assim, seus autores compõem cenários e personagens em que vislumbramos paridades com personagens e cenários narrados pela historiografia, porém, suscitando revisões.

Sob o pretexto de traçar uma narrativa em forma de diário (*Diário de viagem de Cosme Fernandes*, conforme o livro), forja-se uma Literatura Informativa nos moldes explicitamente intertextuais com a *Carta de Caminha*, confirmada também no encerramento da obra9 *Terra Papagalli*): “Desta vila de Nossa Senhora de Buenos Aires, hoje, nove de outubro da era de 1535. Do teu servo e pai, Cosme Fernandes, dito Bacharel” (p. 189).

Justamente por articular com a Literatura de Informação convém não perdermos de vista que os autores são dois brasileiros, que a obra é contemporânea e, por conseguinte, pós-colonial.

Desta forma, é através deste personagem-narrador (Cosme Fernandes) que os desígnios da História são questionados, episódios são retomados, outros construídos e inventados, num texto abundante em criatividade e sagacidade, cuja narrativa focaliza os períodos iniciais da vida do Brasil Colônia. As questões históricas que são retomadas por meio de paródias e escárnios, abrem outras possibilidades interpretativas sobre a História e as tensões entre os europeus e os índios.

Os primeiros contatos com os índios aparecem, em *Terra papagalli*, de forma inusitada, como no cenário da primeira missa da Colônia:

Ao ver tamanha quantidade de homens nus, frei Henrique teimou que não podia rezar missa. O capitão-mor, que era homem iroso e de palavras duras, disse que não se importasse, porque Adão e Eva quando estavam nus eram mais puros do que quando se cobriam com folhas, e que ele acabasse com aquilo, pois queria sair logo dali. Frei Henrique disse então que podia aceitar os homens, mas apontou para uma gentia de uns sessenta anos e falou que ela não poderia ficar. Pedro Álvares, quase perdendo a paciência, gritou-lhe que deixasse de beatices, pois era tão feia que inspirava antes castidade que pecado. (p.40)

Operando uma importante rasura no discurso hegemônico sobre a História, Torero e Pimenta dessacralizam as figuras-chave do Descobrimento, levantando suspeitas

sobre a boa intenção da descoberta, da empresa em terras brasileiras e mesmo da ética religiosa, cuja idoneidade é duvidosa.

No livro, os argumentos cristãos são colocados como sofismas em benefício dos interesses comerciais de Portugal e a imperiosa necessidade de fomentar as disputas internas entre as diferentes tribos indígenas é bastante clara:

Como os gentios e os castelhanos queriam continuar com aquele comércio, o único empecilho era minha consciência, que dizia ser a venda de homens contrária à religião, mas até as consciências rendem-se aos argumentos bem armados e, naqueles dias, dois deles alistaram-se em minha cabeça, um fazendo as vezes de escudo, o outro, de espada. O primeiro foi que então nem mesmo o Papa sabia dizer se os gentios eram gente como nós ou animais feito os papagaios e, como não há mal em vender papagaios, deime por absolvido. O segundo foi que, vendendo os prisioneiros, dava-lhes a chance de conhecer a Europa e a fé cristã, destino melhor do que a barriga de seus inimigos. (p. 103).

A antropofagia passa a ser combatida pelo colonizador em favor de outros proveitos, introjetando nas tribos rivais a legitimação da escravidão indígena, sentença ideológica eficazmente registrada pela História oficial.

Coadunando com a revisão de tais aspectos, *Meu querido canibal* recua temporalmente ao século XVI para propor uma investigação da História oficial, sem temer reintegrar a etnia indígena através de seu personagem central, o índio Cunhambebe, agindo na direção de uma re-significação da memória dos vencidos. Já em seu primeiro capítulo (O canibal e os Cristãos), o autor esclarece o desafio a que se propõe:

Quando os brancos, os intrusos no paraíso, deram com os seus costados nestas paragens ignotas, não sabiam que eles existiam há 15 ou 20 mil anos e que eram 5 milhões, dos quais pouco ou nada iria restar para contar a história.

Como os índios não dominavam a escrita, seu destino sobre a terra esfumou-se em lendas. Se sabemos alguma coisa a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delirantes, pautados pelo exagero e eivados de suspeição, num desvario tresloucado de que não está imune o narrador que vos fala(...). (p.09)

Assim, Torres esclarece o desprestígio dado pela História oficial à história pré-colonial.

Desafiando a suposta (e Positivista) noção de objetividade da História, Antônio Torres assume suas tendências e suas simpatias, renunciando sua predileção (até mesmo no título de seu livro, *Meu querido*) e fazendo uso recorrente, em sua narrativa, do advérbio *presumivelmente*.

O percurso narrativo de Torres (2000) passa pelos documentos oficiais, embebe-se da oralidade dos remanescentes das comunidades indígenas alocadas no Rio de Janeiro nos tempos atuais e revela seu trajeto no final do romance, no excerto *Leituras canibalizadas*, aduzindo ao teor antropofágico também vislumbrado em *Terra Papagalli* – sinal de contato importante frente às intenções de nosso trabalho. Neste ponto, encontramos desde André Thevet e Hans Staden; a Gilberto Freyre, sem que se perca, contudo, a preocupação em estabelecer dúvidas sobre a visão

idílica do índio e sobre aspectos dos discursos dos vencedores, em críticas à sociedade grafocêntrica e seus registros, conforme se segue:

O índio se chamava Cunhambebe.

Começamos pelo seu nome, que quer dizer “língua que corre rasteira”, em alusão ao seu jeito arrastado de falar, quase gaguejante. Simplificando isto: homem de fala mansa.

Não o imagine apenas um edênico bom selvagem – e nu, ainda por cima, sem nada a lhe cobrir as vergonhas etc. – senhor das selvas e das águas, da caça e da pesca, a viver na era da pedra lascada, em paz com os homens e com a natureza, um ser contemplativo debaixo de milhões de estrelas, e a mirar o céu para adivinhar sinais de tempestade.

Era um guerreiro. (p. 11)

Antônio Torres traz o índio enquanto ser humano pleno, inteligente, ativo e perspicaz, rompendo a visão tradicionalmente passada acerca dos índios e do processo colonizador. Deste modo, o autor instaura explorações da polifonia dos discursos históricos e revisita a *Confederação dos Tamoios*, ao tempo que desmistifica preconceitos secularizados contra a alteridade indígena, pois na obra diz-se a respeito dos índios: “Nem burros, nem brancos. Muito pelo contrário. Eram inteligentes, argutos e raciocinavam com muita lucidez.” (p. 21).

A narrativa segue mostrando a recepção estratégica e inteligente dos povos indígenas frente aos empréstimos culturais com os outros povos e as opções conscientes diante de trocas simbólicas.

Também as versões hegemônicas são desafiadas por Torres (2000):

Até eles chegarem, os índios não sabiam que eram índios. Ou antes: não eram índios nem nada. Eram só um outro povo.

Foi o primeiro branco que pôs os pés na América (o famoso genovês de tanta glória e triste história) que os chamou assim. Tudo começou com um equívoco ou uma sucessão de acasos, como as professorinhas primárias sempre nos ensinaram, através dos tempos. (p.19)

Através dos tempos cristalizam-se verdades e versões sobre o Brasil Colônia, na direção das tendências de seus escritores, seja quanto à visibilidade seja quanto à ocultação.

Uma vez derrotada a *Confederação dos Tamoios*, por Mem de Sá, em 1567, a história dos índios brasileiros viria a ser abafada, mas não sem descrever movimentos de luta e resistência.

Conforme observamos, *Terra Papagalli* e *Meu querido canibal* apresentam composições literárias que induzem ao questionamento da narrativa historiográfica oficial, propondo revisões e duvidando dos intercursos universalizantes da História do Brasil, pondo em evidência linhas de força subentendidas nas versões dos vencedores e dos vencidos.

Os imbricamentos entre História e ficção nos romances aludidos mostram-se, assim, como meios de refletir acerca dos processos móveis de significação e re-significação dos sujeitos históricos.

As formas de nomear as populações locais do período Colonial, seja sob o título de autóctone, índio ou nativo, mostraram conteúdos políticos no tratamento desdenhoso, de modo a negar a História pregressa destes indivíduos ou a apagar sua História e sua condição de agentes históricos. Focalizando suas narrativas ficcionais na realidade indígena, estas obras revelam, conforme indica Walter Mignolo (2006), que:

Consequentemente “nativo” não é uma categoria muito significativa se não se especificar sua dimensão histórica. E aqui a dimensão histórica implica a diferença colonial e a colonialidade do poder.

A palavra “nativo” evoca toda uma história. Ela também contém um bom mapa da fundação racial do mundo colonial/moderno, tanto nas margens interiores (britânicas/espanholas), quanto nas exteriores (britânicas/espanholas por um lado, ameríndias e de escravos africanos por outro. (p. 430)

Seguindo o raciocínio proposto, revisar o passado colonial implica um gesto de reapropriação da História por seus vários agentes e da investigação da nomenclatura e dos estereótipos atribuídos à população pré-colonial.

Ao se arrogar o título de verdade, amparada, principalmente, por seu estatuto de Ciência, a História suscita a aceitação de seus postulados sem maiores precauções, em detrimento da Literatura, que por seus enlevos imaginativos e ficcionais é passível de certo desprestígio enquanto forma de apreensão e de interpretação da história, tendo na verossimilhança o ponto de sua suposta vulnerabilidade. Entretanto, faz-se presente a necessidade de interrogar-se acerca desses preceitos, uma vez que o modelo verbal, na narratividade histórica, passa por uma textualidade como estratégia de explicações, indicando vários pontos de comunicação com a Literatura.

Por outro lado, também a ficção literária utiliza-se de rastreamentos históricos e age retroativamente na memória historiográfica oficial, propondo e fomentando releituras e investigações.

Percebem-se versões que pedem reflexões acerca das marcas que a colonização instaura no Brasil e, por conseguinte, no jogo dinâmico entre a memória e o esquecimento que fazem parte de todo esse processo, tendo como um relevante recurso discursivo a ironia, considerando que (MIGNOLO, 2006) :

Se a história é um conjunto instrumental europeu no que diz respeito ao conteúdo da conversação, a memória deve tornar-se uma prática de reparação que mergulhe nos silêncios do passado, transcendendo a disciplinaridade da história enraizada na diferença colonial e na colonialidade do poder. (p.436)

Os dissensos despertados pela Literatura em relação à História (especialmente a História do Brasil Colônia), no tocante à alteridade mostram-se, nas obras aludidas, como veículos de contraposição à memória forjada no discurso oficial, revelando um hiato entre visões estereotipadas e várias representações questionáveis – o que, na perspectiva pós-colonial, não significa apenas propor uma nova versão da

história, mas, também, atentar para o fato de que o dominador aciona documentos da cultura para corroborar seu lugar hierárquico.

Sobre estes aspectos, também Marc Ferro (1999) afirma:

Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações quanto as rebeldias. Ora, são os poderes dominantes (estados, Igrejas, partidos políticos ou interesses privados) que possuem ou financiam livros didáticos ou histórias em quadrinhos, filmes e programas de televisão. Cada vez mais eles entregam a cada um e a todos um passado uniforme. E surge a revolta entre aqueles cuja história é proibida. (p.11)

Conforme podemos depreender, os instrumentos de disseminação das versões da História são diversificados e se encontram atrelados aos meios de comunicação, ao ensino formal, ao acesso à escrita e às variadas formas de poder.

Estrategicamente pensada, a História é muito importante e, na contemporaneidade, torna-se imprescindível promover leituras e releituras que permitam desvelar fatores de compreensão do passado e do presente.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1999.

TORERO, José Roberto & PIMENTA, Marcus Aurelius. *Terra Papagalli: narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiça e gulosa história do primeiro rei do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

TORRES, Antônio. *Meu querido canibal*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.